

“A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AOS CONSULTÓRIOS PRIVADOS E A INSERÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS NAS INSTALAÇÕES DO SNS PODEM CAMINHAR LADO A LADO”

O bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas (OMD) falou, em entrevista a *O JornalDentistry*, sobre o processo de integração da profissão no Sistema Nacional de Saúde. Mais-valias e desafios deste projeto que, de acordo com o Dr. Orlando Monteiro da Silva, “representa uma abertura de horizontes para os médicos dentistas e para a população”, fizeram parte da conversa

O JornalDentistry – O que se prevê quanto à criação de uma carreira de médico dentista no Sistema Nacional de Saúde (SNS)?

Dr. Orlando Monteiro da Silva – Prevê-se muita luta e muitas dificuldades. Esta questão da carreira nos serviços públicos está a dar agora os primeiros passos concretos, através da criação de um grupo de trabalho nesta matéria. Mas o caminho que temos pela frente é árduo, de recolha de informação por parte da Ordem dos Médicos Dentistas, e de consulta dos seus órgãos sociais e dos médicos dentistas, para participar de forma integrada, defendendo a sua posição.

Qual a posição da OMD neste grupo de trabalho?

O âmbito do Grupo de trabalho está bem definido e nós concordamos com ele: estudar as formas de inserir o estatuto do médico dentista no Sistema Nacional de Saúde.

Já temos algumas posições que são do conhecimento público. Queremos um estatuto para os médicos dentistas que integrem o SNS, quer para aqueles que integram as atuais experiências-piloto, quer para os que já lá estavam de forma desgarrada (digamos assim), quer ainda, futuramente, estender esse estatuto de uma forma uniforme aos sistemas regionais de saúde.

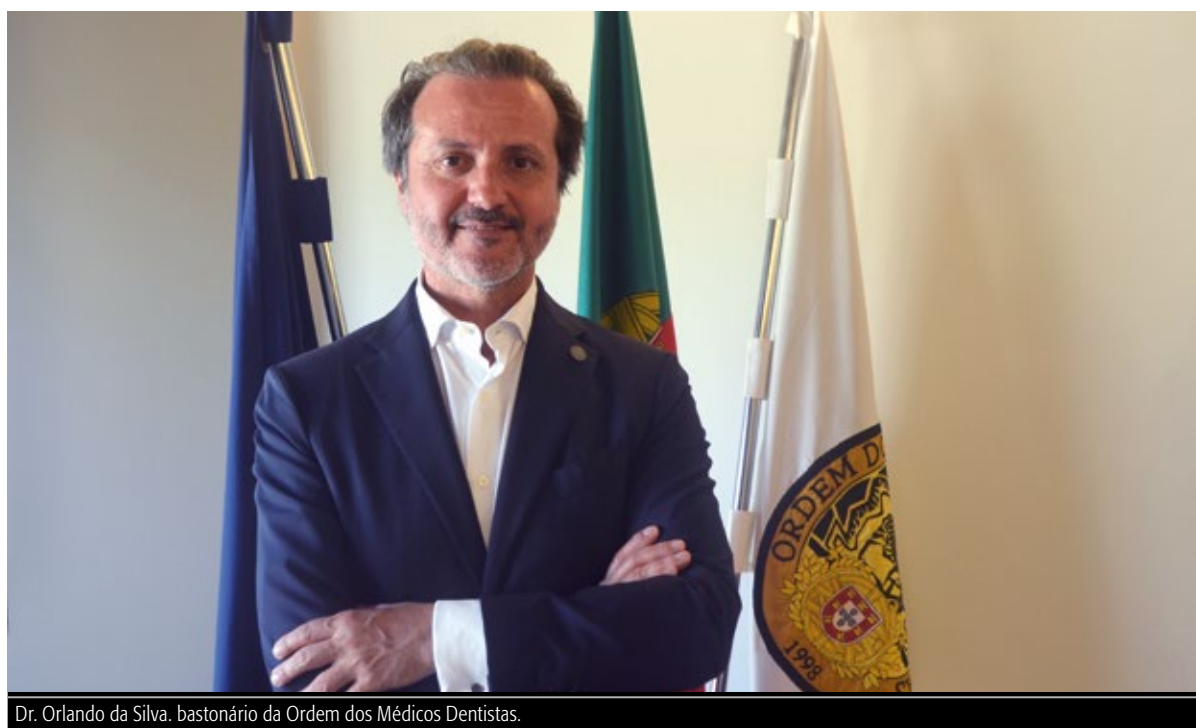
E continuamente vamos analisar o que decorrer do grupo de trabalho para que a Ordem possa levar propostas concretas e específicas.

Neste momento, quais as prioridades da OMD nesta matéria?

Estamos a preparar-nos para, no âmbito do Grupo de trabalho, irmos alicerçados com estudos a vários níveis, nomeadamente jurídicos. A nossa missão é ter a mais alta contribuição possível para que o objetivo do Grupo – criar um relatório sobre as formas de inserção dos médicos dentistas na carreira pública – venha a ser cumprido, da forma que melhor defenda a profissão, os médicos dentistas e os utentes.

Como avalia a primeira fase de experiência-piloto já realizada para integração de médicos dentistas no SNS?

A avaliação não compete à Ordem mas sim ao Governo. Essa avaliação foi feita, e foi positiva, nas palavras do Sr. Secretário de Estado. Tão positiva que foi referenciada como uma nova área prioritária no SNS, quer pelo Ministro da Saúde, quer pelo Sr. Secretário de Estado, quer pelo Sr. Primeiro-Ministro, em mais do que uma ocasião.



Dr. Orlando da Silva, bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas.

Portanto, se abriram uma segunda fase de experiências-piloto, com condições até bastante melhoradas em relação à primeira, eu julgo que, de facto, a avaliação feita pelo Ministério da Saúde terá sido positiva.

A OMD pode ter uma opinião, decorrente do *feedback* que nos chega dos médicos dentistas, e esta é também positiva. Ou seja, não lhes faltam meios humanos, físicos, materiais e equipamentos, e a sua inserção no âmbito do SNS e na orgânica dos centros de saúde não está a ter problemas, até à data. Nós continuaremos a acompanhar esta situação e quando sentirmos que há algo a referenciar, cá estaremos, como habitualmente, para dar nota ao Ministério da Saúde daquilo que seja pertinente.

No Serviço Nacional de Saúde, haverá também especialidades de medicina dentária ou será apenas medicina dentária “generalista”?

Estamos, neste momento, num processo extraordinário de implementação de três especialidades: cirurgia oral, periodontologia e odontopediatria, e temos já implementada a ortodontia.

Mas, nos critérios de admissão ao SNS, não estão previstas as especialidades em medicina dentária, ou seja, o médico

dentista generalista pode atuar no âmbito de todas as áreas de especialidade reconhecidas pela OMD e o médico dentista especialista também não está impedido de exercer para além daquilo que é a sua especialidade.

Temos no nosso projeto uma especialidade de medicina dentária hospitalar, mas isto é um ainda um projeto, para mais tarde. O que está agora em causa são cuidados de saúde primários, nos centros de saúde. Se olharmos para o âmbito das intervenções que estão previstas – extrações, endodontias, periodontologia, prevenção – são cuidados básicos em saúde oral, que cabem na medicina dentária geral.

Que modelos internacionais poderão servir de base para adaptação à realidade portuguesa?

Há vários modelos. Há países, como a Inglaterra, onde existe um tipo de Serviço Nacional de Saúde em que se conjuga a prática dentro das instalações Serviço Nacional de Saúde com a aquisição de serviços adicionais na prática privada da profissão.

Há outros países em que não existe um típico Sistema Nacional de Saúde, mas sim um Seguro Público de Saúde, por exemplo a Alemanha, a Holanda e a França. Aqui é uti-

lizada, fundamentalmente, a capacidade privada da profissão. Existe uma tabela de valores de referência (mais ou menos como temos cá na ADSE) para aplicar neste âmbito, com valores relativamente modestos para a nível de vida local. Em alguns casos há duas modalidades: o regime convencionado, em que há clínicas convencionadas; e o regime livre, em que as pessoas pagam a quantia que lhes for pedida e há depois uma comparticipação do Estado.

Em todos estes sistemas acabam também por existir misturas de modelos. Nós fizemos um estudo sobre esta matéria, que se chama “Cuidados de Saúde Oral - universalização” (disponível em: <https://www.ond.pt/cuidados-saude-oral>). Pedimos a uma instituição com muito *know-how*, a School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa, para nos fazer uma projeção sobre o impacto económico de várias propostas possíveis, nomeadamente no Orçamento do Estado.

Na perspetiva da Ordem, de que forma os médicos dentistas devem, então, ser integrados no SNS?

Esta é uma história com mais de 30 anos, mas não vou maçar os leitores d’*O JornalDentistry* com ela...

Mais recentemente, antes das eleições, nós lançámos um repto aos partidos políticos, e, em simultâneo, encomendámos este estudo, que foi entregue a quem de direito: à sociedade, ao Governo, a instituições, fundações, faculdades, etc..

Em resultado, no programa do Governo estavam já propostas detalhadas e consensualizadas, nomeadamente sobre os cuidados de saúde oral primários. Foi neste âmbito político que a Assembleia da República, de entre as propostas da OMD, deu especial atenção a uma delas. Logo após a tomada de posse, a OMD foi convidada para uma reunião no Ministério da Saúde, onde foi dito que se queria avançar com um projeto para inserção de médicos dentistas no âmbito dos cuidados de saúde primários, dentro das instalações do Serviço Nacional de Saúde.

No entanto, o estudo que fizemos prevê a inserção de médicos dentistas não apenas dentro do SNS, mas também em regime de contratualização, como já acontece no âmbito do cheque-dentista, que é um programa público, mas que é contratado aos médicos dentistas nos seus consultórios privados. A proposta mais razoável, no nosso entender, seria a de combinar várias hipóteses, com preponderância no aproveitamento da capacidade instalada na prática privada da profissão. Isto parece lógico quando temos cerca de 5600 clínicas e consultórios registados na Entidade Reguladora da Saúde. Com esta capacidade instalada, haveria facilidade de o SNS externalizar cuidados de medicina dentária. Não foi este o caminho escolhido pelo Governo.

Mas acredita que, no futuro, poderá existir em Portugal um sistema mais misto, à semelhança do que acontece na Inglaterra?

Acreditamos que a aquisição de serviços às clínicas e consultórios privados através de um regime de convenção (ou algo parecido), e a inserção de médicos dentistas dentro do SNS são hipóteses que podem caminhar lado a lado.

No âmbito do Conselho Nacional de Saúde, onde a OMD está representada, a minha visão, comungada por muita gente, é de que o SNS precisa destas combinações para ser mais eficaz.



É perfeitamente defensável que exista medicina dentária dentro do SNS, sempre pugnámos por isso, mas nunca vai atingir a dimensão necessária para cobrir o território nacional. Demorariamos anos a equipar todos os centros de saúde, e apenas para alguns cuidados básicos de saúde oral. Se alargássemos isto a toda a panóplia de possibilidades que a medicina dentária tem (branqueamentos, implantologia, impressão 3D, etc.), isto levaria o Sistema de Saúde Português rapidamente a uma situação insustentável.

Onde estará o projeto de integração da medicina dentária no SNS dentro de 5 anos?

A expectativa da Ordem dos Médicos Dentistas é de que este processo esteja consolidado, seja reconhecido pela população, acima de tudo, e pelos médicos dentistas integrados no mesmo, que tenha resultados positivos, que provoque ganhos em saúde pública, e que o papel do médico dentista seja reconhecido através de um estatuto do médico dentista dentro do SNS. Espero que tudo isto se venha a concretizar, para que estas experiências-piloto deixem de o ser e passem a algo de consolidado.

Quais os principais desafios a ultrapassar?

Os principais desafios são externalidades, nomeadamente as condições de exercício da profissão, que devem ser asseguradas e mantidas. Esta é uma área nova para o SNS e extremamente exigente em termos de equipamento, por isso, é necessário manter as condições que existem nas experiências-piloto e uniformizá-las em todos os centros de saúde.

É também um desafio a capacidade que os médicos dentistas venham a revelar neste projeto, mas estou seguro de que estarão à altura disso mesmo!

Se tudo isto se verificar, teremos aqui um outro problema: as pessoas vão querer mais. Elas próprias vão exigir aos governos, às autarquias e aos centros de saúde que os cuidados de saúde oral estejam disponíveis para mais gente,

e cuidados gradualmente mais complexos. O caminho vai traçar-se a si próprio.

Para os médicos dentistas, que impacto terá a integração da Medicina Dentária no SNS?

O que se está a fazer aqui é criar outro horizonte para os médicos dentistas, obviamente não é para todos, mas quanto mais opções tivermos, melhor!

Isto não vai ameaçar ninguém, ao contrário do que se pensa. Vai, sim, estimular pessoas que habitualmente não frequentam consultórios de medicina dentária a procurar os cuidados de saúde oral... Muitas destas pessoas serão, obviamente, candidatos a querer mais, no futuro. Por exemplo, a área da reabilitação não está contemplada no SNS e vai ser necessário fazer reabilitação para que estas pessoas possam completar um processo de tratamento e passem a exercer as funções normais da sua cavidade oral.

E para a população, o que representa a integração da Medicina Dentária no Sistema Nacional de Saúde?

Com médicos dentistas dentro do SNS abrimos uma porta que não se vai fechar, e representa a abertura de horizontes não só para os próprios médicos dentistas como também para a população, que é a principal beneficiada!

Este processo representa mais um passo no caminho que tem vindo a ser percorrido pelos médicos dentistas em Portugal, também com a ajuda da OMD, o caminho de aumentar a procura dos nossos serviços, perante as muitas necessidades que existem no país e, em última instância, melhorar os índices de saúde da população.

Este projeto visa entrar num território que não está minimamente preenchido a nível de medicina dentária. É uma “twilight zone” que pouco conhecemos nas clínicas privadas: as classes média-baixa e baixa que, à exceção dos casos abrangidos pelo cheque dentista, não têm acesso a cuidados básicos de saúde oral, e representam cerca de 40% da população portuguesa. ■